

MOURA, Carlos André Silva de

*Histórias cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910-1942)*

Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2018. ISBN 9789726715002

LUÍS LEAL

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9769>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-9938-2939>

Resultado da dissertação de doutoramento em História, vertente História Cultural, apresentada pelo autor ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2015, o estudo agora publicado faz uma análise comparativa entre o processo de separação Igreja-Estado no Brasil e em Portugal, evidenciando a existência de uma notória proximidade conceptual e ideológica entre os protagonistas de tais processos, traduzida esta de forma mais evidente nas estratégias encetadas nos países de ambas as margens do Atlântico em ordem à desejada “restauração” católica no período marcado pela consolidação das repúblicas portuguesa e brasileira (1910-1942). Demonstrando não somente a continuidade mas sobretudo a densidade das relações bilaterais entre estes dois países por via dos pontos de contacto (conceptual, ideológico e estratégico) existentes entre os perfis e ação de alguns dos protagonistas – os “intelectuais católicos”, leigos e eclesiais – deste processo e neste período muito particular, o autor concretiza, de forma exemplarmente documentada e rigorosa, não só os contornos de tais intercâmbios e influências mútuas como permite uma nova leitura e compreensão mais pormenorizada do léxico conceptual e do panorama social, cultural, religioso e político-legal habitualmente considerado na análise deste período.

Na «Introdução» (pp. 25-44), que obedece ao esquema clássico, mas aqui muito bem conseguido (objeto e objetivo, conceitos e personagens, metodologia e estrutura, temas, fontes e cronologia) torna-se-nos claro que estamos diante de um estudo que visa «apresentar uma análise que possa visualizar a recatolização como um movimento internacional» (p. 26) e, mais concretamente, que «o processo de recatolização do Brasil (...) serviu de modelo para o movimento em Portugal» (p. 27). Assim, é digno de registo que a estrutura do livro reflita cabalmente o dinamismo da investigação proposto. Por conseguinte, o autor começa por analisar os «conceitos que marcaram os debates dos intelectuais católicos portugueses e brasileiros em inícios do século XX»: “secularização”, “laicização” e “laicismo” e laicidade (pp. 47-63); depois, é dado realce ao conceito e dinâmicas da «restauração católica» ou «recatolização», aqui apresentada como «um projeto internacional pensado por intelectuais» (p. 63-72); e, a terminar o primeiro capítulo, é concretizado o conceito de “intelectual católico” (vide pp. 76-81), verdadeiro «ponto estruturante do trabalho» (no dizer de Eliane Moura da Silva, orientadora da investigação de doutoramento e que apresenta a presente edição – cfr. p. 22), conceito aqui aplicado aos nomes quer de hierarcas católicos (o brasileiro D. Sebastião Leme e os portugueses D. Manuel Gonçalves

Cerejeira e D. Manuel Vieira de Matos) quer a pensadores leigos (Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, do lado brasileiro, e António Sardinha e António de Oliveira Salazar, do lado português).

Partindo desta essencial base conceptual, o estudo avança, no segundo capítulo, para a análise dos aspetos distintivos dos projetos e dinâmicas laicizadoras portuguesas e brasileiras. Assim, é uma verdadeira «história comparada entre o *Decreto n.º 119-A* e a *Lei de separação do Estado das igrejas*» que encontramos nas pp. 83-138, análise complementada com uma interessante exposição em torno do problema do anticlericalismo (mais rigorosamente, “antijesuitismo”) enquanto estratégia especificamente definidora dos métodos e ideologia do movimento republicano português (pp. 138-151).

Consequentemente, o capítulo 3 concretiza o processo de «receção e aplicação das leis de separação entre o Estado e a Igreja nos dois países» (p. 40). Assim, são aqui analisados em pormenor a história do texto, os perfis dos autores e as ideias principais da *Pastoral Collectiva do Episcopado Português*, aqui entendida, por um lado, como “caixa de ressonância” das «determinações vindas de Roma» (p. 162) e, por outro, como verdadeira “base ideológica” do «movimento de recatolização» portuguesa (cfr. p. 170). Interessante é igualmente o relevo dado aos papéis desempenhados por D. Augusto Eduardo Nunes (defensor do “modelo brasileiro” de resposta eclesiástica ao problema republicano), de D. Manuel Gonçalves Cerejeira (enquanto promotor de um «trabalho conjunto com os intelectuais e o desenvolvimento de um debate politizado próximo dos membros do governo» – p. 166) e de D. Manuel Vieira de Matos que, enquanto «responsável pela impressão» (p. 172) e divulgação do documento, foi igualmente protagonista de um aceso debate com Afonso Costa e, em consequência, verdadeiro “porta-voz” das reações e sentimentos do clero português às imposições governamentais (vide pp. 174-190), juntamente com D. António Barroso. Assim, através das cartas, protestos e manifestos dos elementos do clero se torna mais perceptível a sua nova atitude diante dos poderes governamentais, cada vez mais empenhados no silenciamento das atividades dos eclesiásticos. Referindo-se depois ao contexto brasileiro, é analisada neste capítulo a ação de D. Sebastião Leme em prol quer da «aproximação do pensamento eclesiástico às propostas políticas dos anos 1930» (p. 233), quer de um catolicismo militante protagonizado por eclesiásticos e leigos que ocupasse um «lugar de destaque no intercâmbio com os movimentos de restauração católica desenvolvidos em diversos países» (p. 237), como é o caso do intercâmbio luso-brasileiro aqui explorado mais em pormenor. Para melhor se compreender o espectro das ações desses intelectuais (e o alcance dos seus trabalhos em parceria com o governo federal), são-nos apresentadas algumas iniciativas legislativas da Liga Eleitoral Católica (em torno das questões do casamento, divórcio, ensino religioso público, capelanias militares e hospitalares e regime de subvenções religiosas), da Ação Católica Brasileira (sobretudo no que respeita a ações de apoio social), o papel da revista *A Ordem* (organizada por D. Sebastião Leme em parceria com Jackson de Figueiredo, que a dirigiu entre 1921 e 1928) e do Centro Dom Vital (apostado sobretudo na formação laical), sem esquecer os atos simbólicos, de que são máximo exemplo a «coroação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira oficial do Brasil» e a «inauguração do Cristo Redentor» (p. 233), em maio e outubro de 1931, respetivamente.

---

O quarto capítulo (pp. 239-310) versa precisamente sobre algumas “estratégias compartilhadas” entre estes dois países nos seus processos de recatolização, como é o caso da utilização da mensagem e imagética mariana em torno do “evento Fátima” (aparições, milagres, processo de reconhecimento oficial) enquanto estratégia de «afirmação e legitimação de uma política autoritária» (p. 42) e de «combate ao pensamento de esquerda» (p. 43), posteriormente “exportadas” para o Brasil em virtude do intercâmbio religioso e cultural provocado pelos emigrantes lusitanos em várias cidades brasileiras. Como vértice desta estreita colaboração é analisada em pormenor (discursos, debates, marcas e representações) a visita de D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao Brasil (1934) e seus encontros com D. Sebastião Leme.

O quinto e último capítulo (p. 311-365) regressa a uma perspectiva de análise de pendor jurídico-legal, desta vez tendo como horizonte todo o processo de redação do texto da *Concordata* e *Acordo Missionário* entre a Santa Sé e a República Portuguesa, desde os finais da década de 1930 até aos inícios da década de 1940. Salientando uma vez mais o papel, os perfis e os “interesses em jogo” (ora mais ora menos coincidentes) dos protagonistas do processo (o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, o Patriarca de Lisboa, Cardeal Cerejeira e o Cardeal Eugenio Pacelli, Secretário de Estado do Vaticano), aqui se faz especial inciso na influência da legislação brasileira na redação da *Concordata* portuguesa, nomeadamente quando se assinala que o «Decreto n.º 119-A e a Constituição de 1934 foram citados pelo clero, por alguns republicanos moderados e por monárquicos como exemplo de um código que poderia ser aplicada em Portugal» (p. 337).

Concluindo, diremos que, ao longo de toda a sua exposição, o autor demonstra, com elevado rigor (sustentado pelo contacto com investigadores e instituições de investigação portuguesas e brasileiras a quem é prestado especial agradecimento e pela aturada pesquisa em Arquivos e consequente manejo devidamente articulado das fontes e demais referências bibliográficas elencadas na Bibliografia deveras completa e abrangente) a “tese” essencial desta sua investigação: a da existência de múltiplas “histórias cruzadas” entre os perfis e ideário dos protagonistas de uma “intelectualidade católica” (hierárquica e laical) lusitana e brasileira. Consequentemente, e certamente não preenchendo todos os espaços de interseção entre estes mundos (quase) paralelos mas antes abrindo brechas de análise deveras interessantes e aqui devidamente sustentadas, Carlos André Silva de Moura mostra-nos que a compreensão profunda dos projetos de secularização ocorridos nos dois países, da receção e aplicação das respetivas “leis de separação”, dos projetos de “recatolização” e de “restauração católica” e da própria história dos acordos internacionais firmados neste período não pode ser feita sem termos presente esta (sua) visão não-eurocêntrica destes processos. Através de uma escrita fluida e de uma argumentação muito bem articulada e fundamentada, por vezes também ilustrada por “figuras” (recortes de publicações coetâneas dos eventos citados) que ajudam a compreender a densidade histórica do que é descrito, esta é uma obra cuja leitura certamente será muito frutífera a todos os que se interessem pelas problemáticas nela analisadas.